

Uma ponte entre as nações

Recebo com muita satisfação a publicação de "Incentivos Fiscais para a Produção e a Co-Produção Audiovisual na Ibero-América, Canadá e Estados Unidos", iniciativa conjunta da Entidad de Gestión de Derechos de los Productores Audiovisuales – EGEDA e do Latin American Training Center – LATC. A organização desta obra merece a atenção de todos os envolvidos na atividade audiovisual e a valorização da ANCINE em particular, por dois motivos especialmente relevantes: o esforço em reunir e difundir informações dirigidas ao desenvolvimento econômico e o estímulo à co-produção internacional de obras audiovisuais.

O fortalecimento do setor audiovisual tem na democratização do acesso às informações um elemento especialmente significativo. Da produção à circulação das obras, esta é uma atividade que simplesmente não subsiste sem atualização e reinvenção permanentes, realizadas em sintonia com seus públicos e agentes. Isto é verdadeiro não apenas para os fatores artísticos e simbólicos que o audiovisual carrega; mais ainda para o planejamento público e privado das ações do setor, pelo dinamismo econômico que suporta e que tem sido testado pelas transformações tecnológicas dos últimos tempos.

Para produtores e distribuidores de vários países ibero-americanos, os incentivos fiscais e os fundos públicos são instrumentos importantes para a realização dos seus empreendimentos. São parte significativa da estrutura de financiamento à produção e distribuição audiovisual, de tal forma que o conhecimento das suas características e oportunidades, nem sempre disponível, é um dos requisitos imprescindíveis para o posicionamento dos agentes econômicos nesse mercado. A descrição jurídica desses mecanismos e a ponderação dos seus vetores e vantagens, matéria desta publicação, acabam por produzir um instrumento valioso, uma referência para a construção de projetos e o incremento de parcerias.

Além disso, para além dos dados apresentados, subjaz à própria estrutura desta obra uma aposta nas co-produções internacionais. A análise dos incentivos fiscais e da legislação de apoio ao cinema e audiovisual serve de mote, então, para a promoção do compartilhamento de recursos, idéias, projetos e profissionais entre os nossos países. De fato, a preocupação e oportunidade de fortalecimento internacional das nossas cinematografias por meio das co-produções merecem valorização tanto das empresas como dos órgãos públicos responsáveis pela regulação do setor. O objetivo a ser alcançado bem merece o esforço: um ambiente de negócios aberto que valorize o talento e promova a diversidade.

Portanto, o escopo desta obra, um olhar sobre a política pública de audiovisual dos diversos países, baseia-se numa necessidade e num desafio. Como necessidade, encontra um campo fértil de repercussão tanto nas escolhas e no planejamento das empresas audiovisuais, quanto nas estratégias traçadas pelos agentes públicos. Como desafio, sugere um cenário generoso de trocas entre agentes econômicos para além das fronteiras nacionais.

E está aí precisamente uma dimensão muitas vezes ofuscada pela relevância econômica da atividade audiovisual. Co-produzir, produzir juntos, é construir uma ponte para os mercados nacionais, mas sobretudo para o imaginário dos povos, a trajetória e os desafios das nações. Representa o entrelaçamento de múltiplas visões de nossos criadores e empreendedores. É uma forma eficiente de pôr em prática a defesa da diversidade cultural, e preservar caminhos possíveis para a humanidade diante de um futuro tão luminoso quanto incerto.

Manoel Rangel
Diretor Presidente da ANCINE (Brasil)
Agência Nacional do Cinema